

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



PROCESSO Nº 26951/07 (02 vls. e 03 Anexos) INFORMAÇÃO Nº 105/10

APENSOS: 040.002.557/07 (Ap.1 – 02 Vols.), 040.003.158/07 – Inventário patrimonial (Ap.2), 040.003.082/06 – Inspeção Patrimonial (Ap.3) e 070.000.004/07 – Almoxarifado (Ap.4 -02 Vols.)

ÓRGÃO: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento- SEAPA/DF

ASSUNTO: Tomada de Contas Anual

EMENTA: Tomada de Contas Anual dos Administradores, Agentes de Material e demais responsáveis da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA/DF, referente ao exercício de 2006. Análise inicial. Diligência. Audiência dos Ordenadores de Despesas e dos Agentes de Material. Razões de justificativas apresentadas. Pelo julgamento das contas dos Agentes de Material e sobrestamento das contas dos Ordenadores de Despesa.

Senhor Diretor,

Cuidam os autos da Tomada de Contas Anual dos Administradores, Agentes de Material e demais responsáveis da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal relativa ao exercício de 2006.

2. Ao tomar conhecimento da Informação nº 39/08, relativa à análise das contas anuais em referência, o Tribunal exarou a Decisão nº 573/09, de 12/02/09 (fls. 221 e 222) nos termos:

DECISÃO Nº 573/2009

“II) alertar a SEAPA, que o levantamento dos bens patrimoniais e de almoxarifado deve ser realizado dentro do próprio exercício a que se referem as contas, conforme Decisão nº 4950/01; III) solicitar à Diretoria Geral de

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



Contabilidade, vinculada à Secretaria de Fazenda, que, ao elaborar o pronunciamento conclusivo objeto do inciso VI do art. 140 do RI/TCDF, passe a se manifestar conclusivamente sobre a regularidade ou não dos registros, indicando, quando for o caso, a ressalva, devidamente caracterizada, e as recomendações porventura feitas aos jurisdicionados; **IV) determinar à SEAPA** que informe, quando de remissão a ações que tramitam na justiça, o número do processo na instância judicial e o estágio em que se encontra a ação, evitando-se o que ocorreu nas contas em exame, onde o gestor manifestou-se apenas sobre a existência de ação; **V) determinar, ainda, à SEAPA**, que, em 30 dias, disponibilize a esta Corte esclarecimentos sobre as medidas ultimadas com relação aos bens não localizados quando do Inventário físico de 2006, conforme apontado pela Comissão de Inventário às fls. 13/14 do Proc. 040.003.158/07; **VI) reiterar à SEAPA** que, em 30 dias, se manifeste sobre a diligência objeto da alínea “b” do item II da Decisão nº 936/06; **VII) informar, quando das contas anuais do exercício de 2008**, as providências ultimadas com relação aos Processos nº 030.002.818/06, 030.002.992/06, 070.000.978/06, 030.004.483/04, 070.000.257/03, 073.000.370/98, 073.003.751/00; **VIII) apreciar os procedimentos ultimados pela SEAPA nos processos de tomadas de contas especiais** abaixo do valor de alçada, nos seguintes termos: i) tomar conhecimento do ressarcimento ocorrido no âmbito do Processo nº 073.000.557/98, conforme determinado pela Decisão nº 2645/03; ii) encerrar com base no inciso I do art. 13 da Resolução nº 102/98, em razão de ressarcimento, os Procs. nºs 070.000.725/01, 073.001.496/96 e 030.000.108/05; iii) encerrar com base no inciso II do art. 13 da Resolução nº 102/98, em razão de recuperação do bem, os Procs. nºs 070.000.796/05 e 070.000.078/04; iv) encerrar com base no inciso III do art. 13 da Resolução nº 102/98, em razão da ausência de prejuízo, o Proc. Nº 070.000.231/04; v) encerrar com base no § 1º do art. 13 da Resolução nº 102/98, em razão de a responsabilidade ter sido imputada a terceiro sem vínculo com a administração pública, o Proc. Nº 070.000.075/00; vi) encerrar, em razão da absorção do prejuízo, o Processo nº 030.001.503/06; vii) encerrar, em razão da inscrição do responsável em Dívida Ativa, o Processo nº 073.001.825/97; **IX) autorizar a abertura de audiência aos Agentes de Material da SEAPA/DF**, nomeados no subitem 2.2 da Informação nº 39/08, para que apresentem razões de justificativas com relação aos fatos apontados nos subitens 8.3.2, 8.3.5, 8.3.6, 8.4.1.i e 8.4.1.j dessa informação, tendo em vista possível julgamento pela irregularidade das contas e aplicação de multa nos termos preconizados na alínea “b” do inciso III do art. 17 da LC 01/94, c/c o parágrafo único do art. 20 da LC 01/94, bem como a instauração de tomada de contas especial; **X. autorizar a abertura de audiência aos Ordenadores de Despesas da SEAPA/DF** nomeados no subitem 2.1 da Informação nº 39/08, com a exclusão da Sra. Valdirene Pereira da Silva Campos, para que apresentem razões de justificativas com relação aos fatos apontados nos subitens 8.3.5, 8.3.6, 8.4.1.”b, l, m, n, p” dessa informação, tendo em vista possível julgamento pela irregularidade das contas e aplicação de multa nos termos preconizados na alínea “b” do inciso III do art. 17 da LC 01/94, c/c o parágrafo único do art. 20

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



da LC 01/94, bem como a instauração de tomada de contas especial; XI) determinar à 2ª ICE que atente para os possíveis reflexos do desfecho dos Processos nº 12646/06 e 17669/07 sobre as contas em exame”.

DA DILIGÊNCIA

3. A citada Decisão foi encaminhada ao Secretário de Fazenda-SEF e ao Secretário da SEAPA por meio dos Ofícios nºs 610 e 611/09-GP (fls. 223 e 224).

4. No tocante à diligência contida no item III da Decisão 573/2009, a Secretaria de Fazenda, por meio dos Ofícios nºs 76/2009-GAB/SUTES/SEF (fls. 237/240) e Ofício nº 301/09-GAB/SEF (fls. 303/307) informou que, a partir das próximas contas, manifestará conclusivamente sobre as contas referentes aos bens móveis, imóveis e almoxarifados.

5. Destaque-se que, nas contas do exercício de 2008, a Gerência de Controle de Análise Contábil apresentou o “Relatório Contábil Anual Exercício de 2008” de forma mais elaborado, com indicativo das medidas suscitadas por meio de expedientes, mensagens e reuniões para a regularização das pendências existentes (fls. 393/398).

6. Por sua vez, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, tempestivamente, considerando a última prorrogação de prazo deferida pela Corte mediante o Despacho Singular nº 302/2009-GC/RCC (f. 252 e 253), apresentou esclarecimentos relativos aos itens IV a VII da mencionada Decisão, a saber:

Item IV) determinar à SEAPA que informe, quando de remissão a ações que tramitam na justiça, o número do processo na instância judicial e o estágio em que se encontra a ação, evitando-se o que ocorreu nas contas em exame, onde o gestor manifestou-se apenas sobre a existência de ação.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



7. A SEAPA informou que, por meio do Memorando nº 038/2009/GAB/SEAPA, determinou à Assessoria Jurídico Legislativa que doravante prestasse as informações requeridas pela Corte (fls. 258, 259 e 291).

8. Destaque-se que o resultado das medidas será observado por ocasião da análise das próximas TCA's.

Item V) determinar, ainda, à SEAPA, que, em 30 dias, disponibilize a esta Corte esclarecimentos sobre as medidas ultimadas com relação aos bens não localizados quando do Inventário físico de 2006, conforme apontado pela Comissão de Inventário às fls. 13/14 do Proc. 040.003.158/07.

9. A SEAPA informou que, dos 25 itens não localizados durante o Inventário Patrimonial do exercício 2006, foram encontrados 22 itens. Para os 03 itens restantes, foi autuado o Processo nº 070.000.316/07, que se encontra na SEOPS-DFGTCE/DPTCE de acordo com o Relatório de Histórico das Tramitações, extraídos do SICOP (fls. 256, 257 e 272).

10. Registre-se que o citado Processo nº 070.000.316/07 trata da não localização dos livros de Tombamentos nºs 0400.008.080, 0400.008.164 e 0400.016.128 segundo comunicação da CGDF (Ofício nº 3195/08) e está sendo acompanhado por esta Corte no Processo nº 3340/2004.

Item VI) reiterar à SEAPA que, em 30 dias, se manifeste sobre a diligência objeto da alínea "b" do item II da Decisão nº 936/06.

11. Na Decisão nº 936/06, o Tribunal decidiu "II - determinar à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento [...]; b) busque o responsável pela perda patrimonial concernente aos bens imputados ao Sr. Luís Antônio Leal de Freitas, tendo em vista o

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



mesmo ter comprovado a transferência dos referidos bens ao Sr. Ralf Rabethge, por meio da Nota de Fornecimento de Material n.º 2104, anexada às fls. 1137-ap;”

12. A SEAPA informou que o prosseguimento dos trabalhos ocorreu por meio do Processo n.º 070.000.978/06-TCE, o qual foi encerrado com base no art. 13, inciso III, da Resolução n.º 102/98-TCDF, tendo em vista a ausência de prejuízo. Assim sendo, as informações pertinentes deverão constar do demonstrativo a que se refere o art. 14 da Resolução n.º 102/98 (fls. 257 e 258).

13. Saliente-se que o aludido processo está sendo acompanhado no Processo n.º 3340/2004-TCDF.

Item VII) informar, quando das contas anuais do exercício de 2008, as providências ultimadas com relação aos Processos n.º 030.002.818/06, 030.002.992/06, 070.000.978/06, 030.004.483/04, 070.000.257/03, 073.000.370/98, 073.003.751/00.

14. A Secretaria, considerando que todo o material referente a contas anuais de 2008 já havia sido encaminhado à Secretaria de Fazenda, na forma do Decreto n.º 28.444/07, quando da edição da Decisão n.º 573/09, informou o andamento dos mencionados processos, cujo acompanhamento será inserido nas contas anuais do exercício de 2009 - Processo n.º 040.001401/09 (fls. 259, 260 e 292/300).

15. Ressalte-se que os Processos n.ºs 030.002.818/06, 030.002.992/06, 073.000.370/98, 030.003.751/00 estão sendo acompanhados nos autos de n.º 3340/04-TCDF, o Processo n.º 030.004.483/04 foi considerado encerrado com base no inciso I do art. 13 da Resolução n.º 102/98, consoante a Decisão n.º 2725/09 (fls. 356 e 357) e o Processo 070.000.257/03 tramitou pela PGDF e encontra-se arquivado na SEAPA (fls. 358).

DA AUDIÊNCIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



16. A audiência foi regularmente procedida, conforme demonstrativo abaixo:

Responsável	Ofício	Recebimento	Fls.
Maria das Graças Barroso	024/2009-2ª ICE/aud.	27/03/09	225/226
Ademir Ambrósio de Souza	025/2009-2ª ICE/aud.	27/03/09	227
Pedro Passos Júnior	026/2009-2ª ICE/aud.	-	228/230
	056/2009-2ª ICE/aud.	-	242
	052/2009-2ª ICE/aud.	-	243
	151/2009-2ª ICE/aud.	-	328
	152/2009-2ª ICE/aud.	-	329
	061/2010-2ª ICE/aud.	-	341
	070/2010-2ª ICE/aud.	-	342
Wilmar Luis da Silva	027/2009-2ª ICE/aud.	31/03/09	231
Mário Hissashi Ikeziri	028/2009-2ª ICE/aud.	25/03/09	232
Paulo Sávio Cardoso de Oliveira	029/2009-2ª ICE/aud.	-	233/235
	043/2009-2ª ICE/aud.	28/04/09	236

DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS

I) Ademir Ambrósio de Sousa - Agente de Material (fls. 351/355)

17. O servidor Ademir Ambrósio de Sousa, Agente de Material, foi chamado em audiência para apresentar razões de justificativa com relação aos fatos apontados nos subitens 8.3.2, 8.3.5, 8.3.6, 8.4.1.i e 8.4.1.j da Informação nº 39/08 (fls. 152/192), tendo em vista possível julgamento pela irregularidade das contas e aplicação de multa nos termos preconizados na alínea “b” do inciso III do art. 17 da LC 01/94, c/c o parágrafo único do art. 20 da LC 01/94, bem como a instauração de tomada de contas especial.

18. As justificativas, analisadas a seguir, foram apresentadas tempestivamente à vista da Decisão nº 2093/2010 (fls. 350), que considerou efetuada a comunicação de audiência ao Sr. Pedro Passos Júnior.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



a) Subitem 8.3.2 e 8.3.5 – Destacou-se que a Comissão responsável pelo Inventário Físico Anual do material existente no almoxarifado da Unidade apresentou, às fls. 644/648-Ap.4, relatório no qual externou os pontos abaixo: i) Vazamento no telhado, o que provocou estragos no forro e umidade da sala; ii) Existência de vidro quebrado na fachada principal; iii) Falta de lâmpadas nas dependências; iv) Calor excessivo no local onde se encontra armazenado material inflamável; v) Materiais inflamáveis armazenados com os de expediente; vi) Materiais com mesmo código armazenados em locais diferentes; vii) Irregularidades no preenchimento dos Pedidos Internos de Material (03 vias do mesmo PIM preenchido de forma diferente; ausência de assinatura nos PIM, quer do requerente, quer do responsável pelo Almoxarifado); viii) Fichas de prateleira com preenchimento incorreto ou incompleto, em especial a ausência do nº do Pedido Interno de Material; ix) Com a migração do Sistema Integrado de Gestão de Material – SIGMA para o SIGMA-NET ficou difícil identificar os códigos dos materiais e há desorganização com relação a algumas fichas que ainda estão com o código do antigo sistema; x) Requisição pelo Núcleo de Serviços Gerais – NSG, durante o período de 23/06 a 11/12/06, de 994 (novecentos e noventa e quatro) resmas de papel, quando a demanda era em torno de 5 resmas. A Comissão ressalta que a franquia máxima de extração de cópias da máquina copiadora locada pela SEAPA era de 35.000 (trinta e cinco mil), correspondente a 70 resmas mensais; xi) Requisição pela Diretoria de Pecuária e Defesa Sanitária – DPDS de 1.200 (mil e duzentas) resmas de papel no mesmo dia em que entrou no Almoxarifado; xii) Requisição pelo Núcleo de Serviços Gerais – NSG de peças para veículos em quantidades consideradas fora do padrão normal em relação a períodos anteriores e usurpando as atribuições do Departamento de Mecanização Agrícola – DEMA e da Coordenação de Transporte, conforme demonstram as peças adquiridas por meio da Nota de Empenho 2006NE00527, fls. 607-Ap4 e Notas de Recebimento nº 2006000034 e 2006000035, fls. 624/625-ap4; xiii) Materiais recebidos no Almoxarifado com características diferentes do que consta da especificação técnica, já que o material objeto do código

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



200001321 – Papelão branco reforçado tipo carta Kraft foi entregue na cor parda; xiv) Cartuchos para impressora HP Deskjet 3550, Código nº 200002934, encontrados em quantidade menor (21) do que a registrada no controle de estoque (23); xv) Eletroduto de PVC rígido, Código 200006663, encontrados em quantidade menor (19) do que a registrada no controle de estoque (20). Levantou-se a possibilidade de instauração de TCE sobre a aquisição e distribuição de 2.194 resmas de papel ofício no 2º semestre de 2006 conforme citado no inciso x e xi.

Justificativas apresentadas:

O Agente de Material alegou:

Vários pontos externados pela Comissão responsável pelo Inventário Físico Anual do material existente no almoxarifado não são de sua competência, tais como reforma do telhado, vidros quebrados e etc, pontos que não se inserem entre as atribuições do cargo de Chefe do Núcleo de Material”.

As requisições das resmas de papel pelo Núcleo de Serviços Gerais - NSG e pela Diretoria de Pecuária e Defesa Sanitária – PDS (subitem 8.3.5 c/c 8.3.2, inc. x e xi) foram realizadas por escrito e assinadas pelos responsáveis por requisição de material destes setores, como determina o procedimento.

Não há como realizar um juízo de valor quanto à quantidade de material requerida à época e nem mesmo agora, pois o Chefe do Núcleo de Material não possui competência e nem atribuição de julgar e decidir sobre as quantidades requeridas, em verdade realiza ato vinculado. Os servidores previamente autorizados requisitam material por intermédio do PIM e o almoxarifado fornece tais materiais.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



Por esse motivo, é que se exige a assinatura do responsável pela requisição dos materiais no PIM, o que se pretende com este procedimento é transferir a guarda e responsabilidade para o setor que os requisitou, cabendo, a partir daí, ao setor requerente justificar onde tais materiais foram utilizados e de que forma.

Não tem responsabilidade alguma pela quantidade de materiais requeridos, nem tão pouco, competência para agir de forma diferente. Em homenagem ao princípio da legalidade, deverá o setor que requereu as resmas de papel justificar as razões da quantidade requerida e onde foram utilizados.

Além disso, o defendente alegou (fls. 355) que o gasto de material era constantemente informado ao Subsecretário de Apoio Operacional, que tinha conhecimento dos estoques disponíveis e do consumo da Secretaria, afinal era por intermédio dele que eram geradas as demandas para novas aquisições.

Nossas Considerações:

No tocante às condições físicas do almoxarifado, as justificativas não socorre o defendente, uma vez que, na qualidade de Chefe do Núcleo de Material, caberia zelar pelas instalações físicas do local suscitando ao Núcleo de Serviços Gerais providências para os reparos necessários, a fim de evitar possíveis danos aos bens colocados sob a sua guarda. Não demonstrando tal atitude, sua responsabilidade não pode ser afastada.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



No referente às falhas no controle do material, não justificadas, o Agente de Material não pode se esquivar da responsabilidade, pois o controle do estoque faz parte de suas atribuições. Nesse caso, houve descumprimento da Portaria nº 282/93, que regulamenta a matéria.

Quanto à requisição das resmas de papel, o defendente procurou convencer que o fornecimento do material ocorreu de forma legal, transferindo a responsabilidade para o requisitante. Não é o que se apurou no Processo Administrativo Disciplinar nº 070.000.165/07 instaurado, no qual ficou patente que as resmas de papel foram retiradas do almoxarifado pelos chefes do Núcleo de Material e de Serviços Gerais sem requisição.

A Comissão de Sindicância entendeu que no caso em tela, entre outros, houve crime de peculato previsto no art. 312 do Código Penal, ato de improbidade administrativa previsto no inciso I do art. 11 c/c o inciso III do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92, bem como dano ao erário, indiciando o defendente juntamente com Carlos Eduardo Reis Barros (ex-Chefe do Núcleo de Materiais e Serviços) e Paulo Sávio Cardoso de Oliveira (ex-Subsecretário de Apoio Operacional), fls. 89//178-Anexo II.

A aludida Comissão de Sindicância reportou-se ao Relatório Final nº 58/2009, elaborado pela Assessoria de Tomada de Contas Especial da Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e de Controle Interno (fls. 180/190-Anexo II), que imputou aos responsáveis mencionados o prejuízo de R\$ 215.221,22 referente às citadas resmas de papel e outros.

Atualmente, referida TCE, objeto do Processo nº 070.000.480/07, está sendo acompanhada nesta Casa nos autos do Processo nº 13.480/08.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



Diante do exposto, a irregularidade não pode ser afastada, dando azo à irregularidade das contas.

b) Subitem 8.3.6 – Questionou-se à grande quantidade de peças de veículos adquiridas, demonstrando, pela análise das aquisições, as seguintes situações: “i) falta de planejamento na manutenção dos veículos da SEAPA, em face da grande quantidade de peças adquiridas e veículos a serem recuperados, todos ao mesmo tempo, já que os pedidos ocorreram no período de agosto a outubro de 2006; ii) recuperação de veículos que, a princípio, foram utilizados pelos usuários sem o devido cuidado com a coisa pública, justificando a instauração de tomada de contas especial. A título de exemplo, ressaltamos a recuperação do veículo, para o qual foram adquiridas as peças a seguir descritas: tampa traseira do porta mala; farol do lado esquerdo; lanterna traseira do lado direito, retrovisor externo (Notas de Recebimento nº 2006000034 e 2006000035, fls. 624 e 627-ap4); iii) recuperação de veículos, que, salvo melhor juízo, tornou-se antieconômica, em face de apresentar problemas graves no sistema de injeção, sistema de câmbio e embreagem, sistema de freio, sistema de suspensão e direção, sistema de refrigeração, sistema de escapamento e por última, a parte de lanternagem e pintura. Como exemplo, citamos a recuperação dos seguintes veículos: JFO 0739, fls. 403-ap4; JFO 1775, fls. 405-ap4; JFO 1725, fls. 406-ap4; JFO 5936, fls. 412-ap4; JFO 1795, fls. 433-ap4, JFO 5926, fls. 438-ap4; iv) desídia ao comprar Central Eletrônica para Fiat Uno ao valor de R\$ 1.242,01, Nota Fiscal 4172, de 19/10/06, fls. 602-ap4, e adquirir do mesmo fornecedor, seis dias depois (25/10/06), o mesmo produto ao preço de R\$ 830,98, Nota Fiscal nº 4176, fls. 617-ap4; v) preço excessivamente alto na aquisição de Central Eletrônica para Fiat Uno diretamente da empresa Lotus Auto Peças Ltda. no valor de R\$ 830,98 e R\$ 1.242,01, conforme descrito acima, e aquisição da mesma peça ao preço de R\$ 573,65 da Empresa ZETEC Manutenção de Veículos e Motores Ltda., conforme

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



Nota de Recebimento nº 2006000034, fls. 624-ap4; vi) falta de competência do Núcleo de Serviços Gerais para requisitar as peças, já que tal atribuição era do Departamento de Mecanização Agrícola – DEMA e Coordenação de Transportes; vii) falta de treinamento das pessoas autorizadas a dirigir e falta de controle das viaturas.”

Justificativas apresentadas:

O Agente de Material aduziu:

Não era de sua competência, na qualidade de Chefe do Almojarifado, realizar o planejamento da manutenção dos veículos da SEAPA (item 8.3.6. inciso i), também não lhe competia fiscalizar os usuários dos veículos (item 8.3.6, inciso ii), em continuidade não possuía nem competência nem conhecimento técnico específico para avaliar a necessidade de recuperação dos veículos (item 8.3.6. inciso iii), sendo todas estas da competência da Diretoria de Engenharia e Mecanização Agrícola e do Núcleo de Serviços Gerais.

Sua única atribuição em realizar o controle dos materiais que estavam sendo retirados do almoxarifado o que foi feito, tanto que o relatório constatou com perfeição para onde as peças foram enviadas, cabendo ao setor que as recebeu apontar onde utilizou e justificar se o conserto dos veículos estava de acordo com o interesse público.

Existia um setor específico para compras na Secretaria de Agricultura, cabendo-lhe armazenar as peças e distribuí-las quando requisitadas. Não era de sua atribuição realizar pesquisa de preço ou até mesmo procedimento licitatório. Se houve alguma negligência desconhecia por completo, até mesmo porque nunca participou de aquisição de peça, mas sim ao setor competente do qual nunca fez parte.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



A falta de treinamento das pessoas autorizadas a dirigir e falta de controle das viaturas (item 8.3.6. inciso vii), também não era incumbência do Chefe do Almoxarifado, que nem mesmo tinha conhecimento de quais seriam as pessoas autorizadas a dirigir.

Com relação à falta de competência do Núcleo de Serviços Gerais para requisitar peças (item 8.3.6, inciso vi), o mesmo ocorria frequentemente por determinação do Subsecretário de Apoio Operacional da época, Sr. Paulo Sávio, que expressamente determinou que as peças fossem entregues a este Núcleo de Serviços Gerais em detrimento do Departamento de Mecanização Agrícola - DEMA com objetivo de centralizar a responsabilidade e, dessa forma tornar o controle mais eficiente.

Dessa forma, não lhe cabia discutir, afinal as autorizações deferidas pelo próprio Subsecretário de Apoio Operacional, após indicação do Diretor responsável por cada setor, para que determinados servidores retirassem materiais. Havia à época, Servidor do Núcleo de Serviços Gerais com autorização para retirar tais produtos, cabendo-lhe entregar os materiais mediante solicitação por PIM.

Nossas Considerações:

Na questão da falta de planejamento da manutenção dos veículos, da aquisição das peças e da falta de treinamento das pessoas autorizadas a dirigir e falta de controle das viaturas, assiste razão ao defendente, pois são procedimentos alheios às atribuições do Agente de Material. Todavia o controle e o fornecimento do material armazenado no almoxarifado estão inseridos nas competências do Núcleo de Material do qual era responsável.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



Ressalte-se que, também para esse caso, foi apurada na Sindicância e na TCE, mencionadas anteriormente, falta de controle, requisição de peças por setor não credenciado, como também desvio do material, sendo arrolado o defendente, o Chefe do Núcleo de Materiais e Serviços e o Subsecretário de Apoio Operacional da época (fls. 89//178-Anexo II).

Diante do exposto, resta claro o nexos causal entre a conduta do Agente de Material e o dano em questão, ensejando a irregularidade de suas contas.

c) Subitem 8.4.1.i – Constatou-se que as dependências do Almojarifado apresentam deficiências como: i) ausência de grades nos vitroses e basculantes; ii) ausência de protetores ou telas para evitar o acúmulo de poeira; iii) iluminação precária; e iv) extintores de incêndio com prazos de validade vencido e posicionados no chão.

Justificativas apresentadas:

O defendente argumentou:

Apesar das falhas encontradas pela inspetoria, não houve no período que foi chefe do setor nenhum prejuízo aos materiais ali armazenados, no mais, a atual gestão, conforme o próprio item demonstrou, informou que já tomou as providências para sanar as irregularidades.

A responsabilidade de manutenção do almoxarifado era do Núcleo de Serviços Gerais, cabendo-lhe comunicá-lo, o que fez por

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



diversas vezes de forma verbal diretamente ao Subsecretário de Apoio Operacional, que alegava falta de recursos financeiros.

Nossas considerações:

Nesse caso, aplica-se o entendimento dado na alínea “a”, Subitem 8.3.2 e 8.3.5, que rejeita as alegações do defendente por não ter demonstrado providências com vistas à manutenção do almoxarifado.

d) Subitem 8.4.1.j - As rotinas de lançamento de controle de estoque nas fichas de prateleiras não estão sendo realizadas no momento da entrega de material, em razão de entrega estar sendo realizada sem o acompanhamento do Pedido Interno de Material – PIM.

Justificativas apresentadas:

O defendente aduziu:

Durante sua gestão, não foi levado ao seu conhecimento que os PIMs não estavam sendo preenchidos corretamente, ou não estavam sendo utilizados. A responsabilidade por tal tarefa era da Sra. Edcélia Dias Mota, encarregada da organização do material no almoxarifado.

Pelo contrário, sempre foi informado pela Sra. Edcélia que o procedimento vinha sendo executado conforme determina a legislação, sendo que os PIM's, que lhe foram apresentados durante as fiscalizações rotineiras que realiza no setor, estavam preenchidos com regularidade, se porventura existiram alguns com irregularidade, a Sra. Edcélia os ocultou de sua fiscalização.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



Cuidava de suas atribuições rotineiras com o maior cuidado possível, apesar das precárias condições de trabalho, sendo que aparentemente não era visível problema com a organização do almoxarifado nem no preenchimento do PIM. Quando exigia os documentos, a Sra. Edcélia apresentava-os devidamente preenchidos e assinados por quem de direito.

A par de atribuir a Sra. Edcélia Dias Mota responsabilidade pelo controle do estoque, o responsável alegou, ainda, que não havia como ser onipresente em tudo. Ao delegar as tarefas aos seus subordinados, teve-se por princípio de que estavam executando com afincamento, cabendo-lhe tão somente fiscalizá-lo, o que sempre fez, não encontrando à época nenhuma irregularidade (fls. 354).

Nossas Considerações:

As alegações não merecem guarida, pois, na qualidade de Chefe do Núcleo de Material, caberia supervisionar o trabalho dos subordinados. Caso houvesse fiscalização, como dito, as falhas de controle, caracterizadas por inobservância de normas regulamentadoras seriam evitadas ou sanadas em tempo. As falhas e/ou irregularidades somadas àquelas mencionadas no subitem 8.3.2, de mesma natureza, conduzem a irregularidade das contas do dependente.

II) Wilmar Luis da Silva (Anexo I e II)

19. O Sr. Wilmar Luis da Silva, Ordenador de Despesas, no período de 07/04 a 08/08/06, foi chamado em audiência, mediante o item X da Decisão nº 573/09 (fls. 221), para apresentar razões de justificativa com relação aos fatos apontados nos subitens 8.3.5, 8.3.6, 8.4.1. “b, l, m, n e p” da Informação nº 39/08 (fls. 152/192), tendo em vista possível julgamento pela irregularidade das contas e

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



aplicação de multa nos termos preconizados na alínea “b” do inciso III do art. 17 da LC 01/94, bem como a instauração de tomada de contas especial.

20. A apresentação da defesa, que compõe os anexos II e III dos presentes autos, mostrou-se tempestiva em relação à Decisão nº 2093/2010 (fls. 350). As razões de justificativa oferecidas serão estruturadas conforme segue:

a) Subitem 8.3.5 - Aquisição e distribuição de 2.194 resmas de papel Ofício no 2º semestre de 2006

Justificativas apresentadas:

“Através do Processo nº 070.000.165/2007, foi instaurada a Sindicância para apuração dos fatos narrados no inciso X e XI do subitem 8.3.2 da Informação nº 39/08.

Após a conclusão dos trabalhos a citada Comissão, ficou caracterizada a aquisição de 1.200 (mil e duzentas) resmas de papel pela ex-Diretoria de Pecuária e Defesa Sanitária - DPDS/SEAPA-DF, adquiridas por meio de Convênio nº 001/2005, firmado entre a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal e o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Superintendência Federal de Agricultura, como pode ser comprovados nos depoimentos das servidoras **ADCÉLIA DIAS MOITA e GLÁUCIA MARIA RODRIGUES**.

Com relação às 994 (novecentos e noventa e quatro) resmas de papel, de acordo com o Relatório Final da referida Comissão Permanente de Sindicância, foram responsabilizados os ex-servidores: **CARLOS EDUARDO REIS BARROS**, ex-Chefe do Núcleo de Serviços Gerais; **ADEMIR AMBRÓSIO DE SOUSA**, ex- Chefe do Núcleo de Material; e **PAULO SÁVIO CARDOSO OLIVEIRA**, ex-Subsecretário de

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



Apoio Operacional, tendo em vista que conforme consta do item 80 do referido Relatório não ficou provado o aumento substancial do uso de papéis durante o período de apuração de Sindicância, que vai de maio a dezembro de 2006, **ANEXO I**.

Por conseguinte, a Secretaria de Estado de Agricultura instaurou a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar nº 070.000.165/2007, por meio da Ordem de Serviço nº 17, de 10.06.2009, publicada no DODF nº 112, de 12.06.2009, que responsabilizou os ex-servidores acima citados, conforme reprodução original do Relatório Final, **ANEXO I**.

Esclarecemos, na oportunidade, que a instauração de Tomada de Contas Especial ocorreu através do processo administrativo nº 070.000.480/2007, que responsabilizou os ex-servidores **CARLOS EDUARDO REIS BARROS**, ex-Chefe do Núcleo de Serviços Gerais; **ADEMIR AMBRÓSIO DE SOUSA**, ex- Chefe do Núcleo de Material; e **PAULO SÁVIO CARDOSO OLIVEIRA**, ex-Subsecretário de Apoio Operacional, pelo prejuízo causado ao erário do Distrito Federal, no valor R\$ 215.221,22 (duzentos e quinze mil, duzentos e vinte e um reais e vinte e dois centavos), conforme consta do RELATÓRIO Nº 58/2009, da Assessoria de Tomada de Contas Especial da SEOPS-DF, cujo autuado encontra-se em tramitação na SEOPS/GERES/DIRAS - Corregedoria-Geral do Distrito Federal, conforme Histórico de Movimentação de Processos, extraído do SICOP. Cópias no **ANEXO I**."

Nossas Considerações:

A TCE instaurada para apurar os fatos constantes do Processo 070.000.480/2007 está sendo aguardada no Processo nº 13480/08.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



Levando em conta que o defendente não foi indiciado nos Processos Administrativos nºs 070.000.165/07 (Sindicância) e 070.000.480/07 (TCE), fls. 11/192-Anexo II, a irregularidade não afeta sua gestão.

b) Subitem 8.3.6 - Grande quantidade de peças de veículo adquiridas

Justificativas apresentadas

“Registramos que a apuração do fato citado no **subitem 8.3.6**, está vinculada ao Relatório Final da Comissão Permanente de Sindicância da SEAPA-DF, relatada no Subitem 8.3.5 do presente Ofício, onde foram indiciados os ex-servidores: **CARLOS EDUARDO REIS BARROS**, ex-Chefe do Núcleo de Serviços Gerais; **ADEMIR AMBRÓSIO DE SOUSA**, ex-Chefe do Núcleo de Material; e **PAULO SÁVIO CARDOSO OLIVEIRA**, ex-Subsecretário de Apoio Operacional, cuja Tomada de Contas Especial e Processo Administrativo Disciplinar, foi objetos de apuração através dos processos administrativos citados no item anterior, desta maneira, o PAD e a TCE já foram concluídos para que sejam tomadas as providências cabíveis.”

Nossas Considerações:

Á vista das apurações levadas a efeito nos mencionados Processos Administrativos, a irregularidade não atinge as contas do defendente.

c) Subitem 8.4.1, letra "b" - Infração de Trânsito pendente de pagamento

Justificativas apresentadas

“Neste caso específico, julgamos que houve um **equívoco por parte da auditoria**, tendo em vista que esta Secretaria de Estado de

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, só tomou conhecimento das infrações de trânsito ocorridas no exercício de 2006 no ano seguinte, cujos autos não são autuados nesta Secretaria e sim pela Gerência de Administração da Frota da Subsecretaria de Suprimentos da SEPLAG/DF.

Os veículos eram locados, não existindo Registro de Fato Contábil, nem prejuízos aos cofres Públicos.

Só cabia a esta Secretaria comunicar aos envolvidos sobre a existência de multas sob suas responsabilidades e que estão **devidamente quitadas** conforme comprovantes emitidos pelo DETRAN, cópia no **ANEXO II**.

Desta maneira, solicitação a Egrégia Corte de Contas do Distrito Federal, que seja afastada a ressalva.”

Nossas Considerações:

Tendo em conta que os veículos eram locados e que a maioria das multas foram quitadas, segundo comprovantes de fls. 197/220-Anexo II, a ressalva pode ser afastada.

d) Subitem 8.4.1, letra "I" - Bens Inservíveis em condições de recuperação

Justificativas apresentadas

“Os bens em condições de recuperação foram devidamente recuperados, conforme processo nº 070.000.637/2007 e os demais foram encaminhados para Leilão conforme Fichas de Movimentações Patrimoniais, cópia no **ANEXO III**.”

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



Nossas Considerações:

Tendo em vista que as providências foram adotadas no exercício de 2007, ou seja, após atuação do Controle Interno, a situação é ensejadora de ressalva. Ressalte-se que a questão dos bens móveis em condições de recuperação foi objeto de ressalva nas contas dos administradores (Wilmar Luiz da Silva e outros) referente ao exercício de 2007, consoante a Decisão nº 3919/09, inciso IV, alínea “a” (fls. 364 e 365).

e) Subitem 8.4.1 letra "m" - Ausência de Incorporação de Bens Imóveis

Justificativas apresentadas

“O Grupo de Trabalho instituído através da Portaria nº 56, de 28/08/2007, vem exaustivamente realizando os trabalhos para a conclusão das incorporações patrimoniais oriundos da extinta Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, com vistas a sua transferência para o patrimônio do GDF.

A fim de imprimir celeridade com vistas à regularização dos imóveis oriundos da extinta Fundação Zoobotânica do D.F, foram selecionados por Região e autuados processos específicos para posterior encaminhamento à TERRACAP, visando informar sobre a titularidade das terras.

Desta Maneira, o processo nº 070.000.812/2001, está desmembrados em 49 (quarenta e nove) autuados pertinentes à Região em que estão localizados os respectivos imóveis, cuja situação atual está descrita no Quadro Demonstrativo no **ANEXO IV**.

Ressalte-se ainda, que a demora para concluir os trabalhos de levantamento dos imóveis ocorre em virtude da **falta de equipamentos topográficos e de recursos humanos especializados** para demarcação das áreas, conforme fartamente comunicados à Egrégia Corte de Contas do Distrito Federal, através dos

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



Ofícios n°s 985- GAB/SEAPA-DF, de 18.12.2008 e 031-GAB/SEAPA-DF, de 13.01.2009, cópias no **ANEXO IV**.

Para ***suprir tais deficiências*** foram tomadas as seguintes providências:

1. Autuado o processo Administrativo Licitatório nº 070.000.329/2007, para a aquisição dos equipamentos topográficos e estamos aguardando o desfecho licitatório promovido pela Central de Compras do Governo do Distrito Federal - CECOM, cuja abertura ocorreu no dia 03/12/2009. Conforme Relatório de Histórico das Tramitações, extraído do Sistema de Controle de Processo - SICOP, constante no ANEXO IV, cujos autos estão em fase de homologação pela CECOM.

Vale ressaltar que a licitação tem prosseguimento lento em função da peculiaridade dos equipamentos, que devido o avanço tecnológico tem apresentado constantes alterações e retirado do mercado os que estão obsoletos, não existindo o interesse dos fornecedores em apresentarem propostas estimativas, pois informam que tal procedimento deveria ser da própria Central de Compras, pois por diversas vezes têm gastos com a elaboração das propostas e não são convidados para o Certame Licitatório ou na grande maioria não possuem os documentos que os habilitarão a participar do processo de licitação pública.

1. Quanto o que afeta à contratação de Pessoal, através do Edital nº 1/SEPLAG/SEAPA, de 19 de junho de 2009, foi concluído o Concurso Público e a Secretaria de Estado de Agricultura está aguardando a fase recursal para convocar os profissionais que são necessários para a execução dos serviços topográficos.

Em face de demora da nomeação do Gerente da Gerência de Geoprocessamento da Subsecretaria de Administração e Fiscalização Fundiária, para auxiliar o Grupo de Trabalho, coordenando os serviços que são altamente complexos e exigem profissional devidamente

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



habilitado para os levantamentos topográficos, dificultou o andamento dos trabalhos. Diversos contatos foram estabelecidos com a Secretaria de Governo e Casa Civil, contudo, devido às dificuldades orçamentárias e financeiras que vem passando o Governo, somente no mês de novembro obtivemos êxito na nomeação do citado profissional.

Recentemente, através do Ofício nº 1024-GAB/SEAPA-DF, de 20 de novembro de 2009, cópia no **ANEXO IV**, foi apresentado à Egrégia Corte de Contas do Distrito Federal, o Cronograma de Execução dos Serviços, contudo, são procedimentos demorados e devido à grande quantidade de imóveis para regularização, foi realizada a projeção para conclusão no exercício de 2013. Lembramos que devem ser seguidos os seguintes passos:

- a) Vistoria dos imóveis;
- b) Memorial Descritivo;
- c) Levantamento Cadastral Topográfico;
- d) Situação Fundiária;
- e) Transferência para o Patrimônio do GDF;
- f) Carta de habites;
- g) Termo de Recebimento da Obra;
- h) Localização da Nota de Empenho;
- i) Incorporação Patrimonial.”

Nossas Considerações:

As justificativas demonstram atitude proativas para a regularização dos imóveis.

Ressalte-se que a questão da regularização dos imóveis vem sendo acompanhada no Processo 2942/93, no qual o Tribunal determinou uma série de providências em andamento (Decisão nº 6548/06, fls. 366).

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



Como dito pelo defendente, vários passos devem ser perseguidos para a solução do problema. Muitos deles dependem de ações de outros órgãos.

Às fls. 272/284-Anexo II, constam cópias dos Ofícios nº 985/08, 031/09-GAB/SEAPA, encaminhados ao Tribunal, dando conta das dificuldades enfrentadas pela Secretaria para a solução do problema, bem como do Ofício 1024/09 que encaminhou o “Quadro Demonstrativo dos Imóveis da Extinta Fundação Zoobotânica do DF – Cronograma de Execução” anexo.

Observa-se desse Demonstrativo que a previsão para a incorporação patrimonial dos bens é o ano de 2013.

Nesse contexto, entende-se que o ponto em destaque, pode ser considerado apenas como ressalva, até porque o problema vem de anos anteriores e a solução vai depender de ações continuadas dadas a sua complexidade.

f) Subitem 8.4.1, letra “n” - Bens Imóveis não relacionados no Inventário

Justificativas apresentadas

“Com menção a recomendação, providenciar as medidas administrativas necessárias para a incorporação e registro na carga geral dos bens imóveis da Unidade, dos bens constantes das fls. 39 a 61 do Processo nº 040.003.158/2007, em obediência ao Capítulo I do Decreto 16.109, de 1º de dezembro de 1994, situação a que refere o subitem 2.4, está sendo objeto de levantamento físico, com vistas sua transferência para o patrimônio do Distrito Federal, conforme previsto nos termos da Portaria nº 56, de 28 de agosto de 2007, que institui Grupo de Trabalho com a finalidade de efetuar levantamento físico dos bens imóveis oriundos da extinta Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, com vistas a sua transferência para o patrimônio do Distrito Federal. Com relação aos imóveis da SEAPA-DF, ocupados por terceiros e que a comissão inventariante

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



informou que se encontram sem contrato ou termo de concessão de uso, relacionados às fls. 39 a 61 do processo já citado, anexamos 106 cópias dos Termos de Concessão de Uso disponíveis no Núcleo de Patrimônio. Os Termos de Concessão de Uso foram celebrados pela extinta Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e mesmo vigentes carecem de revisão por meio do Núcleo de Contratos e Convênios-NCC/GOF/UAG. Desta maneira foram localizados apenas 175 imóveis sem a cobertura de Termos de Concessão de Uso. Cujo fato foi noticiado à Gerência de Orçamentos e Finanças - GOF, com vistas ao Núcleo de Contratos e Convênios, para as regularizações imediatas.

Atualmente os procedimentos para a regularização se encontram com a seguinte posição:

1. Encaminhamento de Ofícios aos ocupantes dos imóveis em função de após pesquisa em mais 32.000 (trinta e dois mil) processos, sem êxito, para averiguar se os mesmos possuem termo contratual, cópias dos ofícios no **ANEXO V.**"

Nossas Considerações:

A matéria está ligada ao item anterior, valendo as considerações ali efetuadas, direcionando-a para ressalva.

g) Subitem 8.4.1, letra "p" - Fuga a Processo Licitatório para Contratação Emergencial

Justificativas apresentadas

"O presente subitem é objeto da Decisão nº 6426/2008, dessa Egrégia Corte de Contas do Distrito Federal, que após tomar conhecimento das razões de justificativas, apresentadas pelo peticionário, cujo

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



teor foi considerado procedente e em ato contínuo autorizou o arquivamento dos autos, cópias no **ANEXO VI.**”

Diante dos esclarecimentos prestados, ***solicitamos a Egrégia Corte de Contas, que declare a regularidade das contas apuradas nos autos do Processo nº 26.951/07 (apensos aos Processos GDF nºs 40.002.557/07, 40.003.158/07; apenso 1 volume), considerando principalmente que foram apresentadas tempestivamente, com os devidos comprovantes, as providências tomadas para manter a excelência da administração pública em prol da Comunidade e principalmente do público fim desta Pasta que é o Produtor Rural.***”

Nossas Considerações:

A citada Decisão está vinculada ao Processo 11458/07, que trata do Contrato nº 01/2007-SEAPA, por dispensa de licitação, firmado com a Colossal do Brasil Vigilância. Naqueles autos constam as justificativas e providências adotadas pela SEAPA desde o exercício de 2006, acolhidas pelo Tribunal (fls. 359/363). Diante disso, não há falar-se em irregularidade.

DO SOBRESTAMENTO

21. No item XI da Decisão nº 573/09, o Tribunal determinou à 2ª ICE que atentasse para os possíveis reflexos do desfecho dos Processos nºs 12646/06 e 17669/07.

21.1. **O Processo nº 12646/06** trata da Denúncia sobre invasão da chácara localizada em São Sebastião-DF, com parcelamento de terra pertencente à TERRACAP, e de utilização de novo mecanismo de distribuição de terras rurais, criado pelo Conselho de Administração e Fiscalização de Áreas Públicas Rurais Regularizadas – CAFAR, vinculado à SEAPA.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



21.1.1. Na última Decisão nº 615/10 (fls. 386), esta Corte decidiu: “II. manter sobrestado o trâmite dos autos, até decisão com trânsito em julgado do Processo nº 2006.01.1.101832-0, para que, após, a Corte de Contas examine provável informação de interesse do Controle Externo; III. determinar à TERRACAP que encaminhe a esta Corte informações concernentes ao resultado final (decisão com trânsito em julgado) do Processo nº 2006.01.1.101832-0”.

21.1.2. Segundo noticiado no parágrafo 17 da Informação nº 18/2009 (fls. 382/385), a área destinada à criação do Núcleo Rural Nova Camapuã (Decisão nº 75/08), já se encontra desocupada (2007.01.1.045737-7, Ação Reivindicatória ajuizada pela TERRACAP em desfavor da Cooperativa Agrícola Nova Camapuã).

21.1.3. No Processo nº 2006.01.1.101832-0 (Ação Popular proposta por Maria Helena Moreira da Silva em desfavor do Distrito Federal) ainda não foi proferida sentença, conforme pesquisa efetuada no site do TJDF (fls. 387/392).

21.1.4 Diante disso, o desfecho da ação pendente de julgamento não interfere no mérito das contas sob exame.

21.2. O **Processo nº 17669/07** cuida da Representação formulada pelo Ministério Público junto à Corte, requerendo a este Tribunal a apuração dos fatos noticiados na mídia acerca de contratos firmados com a Construtora Gautama Ltda, especificamente no que concerne ao Contrato nº 01/2001-SEAPA/DF, firmado com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal para a construção de barragens na bacia do Rio Preto.

21.2.1. Ao apreciar a matéria, esta Corte converteu os autos em Tomada de Contas Especial e autorizou a citação dos responsáveis, figurando entre eles o ex-Secretário Pedro Passos.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



21.2.2. Segundo informações contidas no parágrafo 4º do Relatório de fls. 369/374, o Sr. Pedro Passos não se manifestou. Os autos encontram-se no Núcleo de Fiscalização de Obras para análise das defesas apresentadas.

21.2.3. O desfecho do citado processo poderá repercutir no julgamento das contas do nomeado, Secretário da SEAPA, no período de 01/01 a 30/03/06, visto que foi apurado prejuízo substancial.

DOS PROCESSOS COM INFLUÊNCIAS NAS CONTAS

22. Os **Processos nºs 1876/98 e 12646/06** foram cadastrados como passíveis de influenciar no julgamento de mérito das presentes contas, segundo informação de fls. 157.

22.1. O **Processo nº 1876/98** versa sobre a auditoria conjunta, incluída no Plano Geral de Ação - PGA/2004, sob a incumbência das 2ª e 3ª ICEs, com o objetivo de aferir a regularidade dos arrendamentos rurais existentes no Distrito Federal, nos termos da Decisão nº 1.776/2002.

22.1.2. A citada Auditoria apontou os seguintes achados:

- ◆ Renovação de Contratos sem Licitação;
- ◆ Transferências de Contratos;
- ◆ Inadimplência dos Concessionários;
- ◆ Contratos Rescindidos sem Reintegração de Posse;
- ◆ Ocupações Irregulares;
- ◆ Parcelamento de Áreas;
- ◆ Concessionários que Ocupam mais de uma Área;
- ◆ Celebração de Contratos de Autorização de Uso Remunerado em 2006;

22.1.3. O Tribunal, na S.O. nº 4140/07, entre outras deliberações, determinou, nos incisos II e IV da DECISÃO Nº 6779/2007 (fls. 378/380), à CGDF a imediata

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



instauração de tomadas de contas especiais, segregadas por área/região, com vistas à identificação dos responsáveis e quantificação dos prejuízos pelos motivos indicados, bem como a audiência dos Senhores nomeados às fls. 375 e 376, para apresentação de razões de justificativa, tendo em vista a possibilidade de aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do artigo 57 da Lei Orgânica do TCDF, bem como pela inabilitação para ocupação de cargos públicos de que trata o artigo 183 do RI-TCDF.

22.1.4. A CGDF instaurou TCE para apurar as irregularidades quanto à ocupação e cobrança de Taxa de Arrendamento em terras públicas, a qual está sendo aguardada no Processo nº 11304/08 (fls. 381).

22.1.5. Quanto à audiência, observa-se que entre os citados está Pedro Passos Júnior pela autorização dos contratos de que trata a Ata da 11ª Sessão Ordinária do CAFAP – Conselho de Administração e Fiscalização de Áreas Públicas Rurais Regularizadas. Os autos encontram-se nesta ICE aguardando defesas (fls. 377).

22.2. O **Processo nº 12646/06** foi abordado no item 21.1 desta Informação. Segundo comentários ali efetuados não repercute no mérito das contas sob exame.

CONCLUSÃO E SUGESTÃO

23. Ao tomar conhecimento da análise das contas em tela, o Tribunal, mediante a Decisão nº 573/09, resolveu diligenciar à Secretaria de Fazenda e à SEAPA para os fins indicados, bem como autorizar audiência aos Agentes de Materiais e Ordenadores de Despesas, nos termos dos incisos IX e X da Decisão:

“IX) autorizar a abertura de audiência aos Agentes de Material da SEAPA/DF, nomeados no subitem 2.2 da Informação nº 39/08, para que apresentem razões de justificativas com relação aos fatos apontados nos

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



subitens 8.3.2, 8.3.5, 8.3.6, 8.4.1.i e 8.4.1.j dessa informação, tendo em vista possível julgamento pela irregularidade das contas e aplicação de multa nos termos preconizados na alínea “b” do inciso III do art. 17 da LC 01/94, c/c o parágrafo único do art. 20 da LC 01/94, bem como a instauração de tomada de contas especial; **X. autorizar a abertura de audiência aos Ordenadores de Despesas da SEAPA/DF** nomeados no subitem 2.1 da Informação nº 39/08, com a exclusão da Sra. Valdirene Pereira da Silva Campos, para que apresentem razões de justificativas com relação aos fatos apontados nos subitens 8.3.5, 8.3.6, 8.4.1.”b, l, m, n, p” dessa informação, tendo em vista possível julgamento pela irregularidade das contas e aplicação de multa nos termos preconizados na alínea “b” do inciso III do art. 17 da LC 01/94, c/c o parágrafo único do art. 20 da LC 01/94, bem como a instauração de tomada de contas especial;”

24. Os esclarecimentos ofertados pela SEF e pela SEAPA foram prestados a contento e a eficácia das ações já está se fazendo presentes.

25. Em atenção ao inciso IX e X da aludida Decisão, foram citados os Agentes de Material, Maria das Graças Barroso de Andrade (Chefe do Núcleo de Material) e Ademir Ambrósio de Souza (Chefe do Núcleo de Material), e os Ordenadores de Despesa, Pedro Passos Júnior, Wilmar Luiz da Silva, Mário Hissashi Ikeziri (Secretários de Estado) e Paulo Sávio Cardoso Oliveira (Subsecretário de Apoio Operacional), conforme assinalados no item 16 desta Informação.

26. Atenderam ao chamado da Corte apenas os Srs. Ademir Ambrósio de Souza (Chefe do Núcleo de Material, no período de 10/05 a 31/12/06) e Wilmar Luiz da Silva (Secretário de Estado, no período de 07/04 a 08/08/06), cujas justificativas foram analisadas nos itens 18 e 20 desta Informação. Os demais não se manifestaram, devendo ser considerados revéis nos termos do § 3º do art. 13 da LC 1/94, dando-se prosseguimento ao feito.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



27. Os argumentos oferecidos por Ademir Ambrósio de Souza (Agente de Material) mostraram-se insuficientes para afastar as falhas/irregularidades abordadas na Informação de nº 39/08, subitens 8.3.2, 8.3.5, 8.3.6, 8.4.1.i e 8.4.1.j (fls. 152/192). Por conseguinte, suas contas podem ser julgadas irregulares, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas “b” e “d” da LC 1/94.

28. Quanto à Agente de Material Maria das Graças Barroso de Andrade, embora não tenha apresentado razões de justificativa, suas contas podem, a nosso ver, ser consideradas regulares com ressalvas pelas falhas e/ou impropriedades apontadas no subitem 8.3.2, incisos I a IX, XIII, XIV e XV, 8.4.1.i e 8.4.1.j da Informação nº 39/08, vez que os fatos graves ocorridos na gestão de material, subitens 8.3.5 e 8.3.6, que poderiam macular suas contas com irregularidades, foram atribuídos ao Chefe do Núcleo de Material à época Ademir Ambrósio de Souza, consoante informações contidas no parágrafo 20, alíneas “a” e “b”, desta Informação.

29. A seu turno, as justificativas apresentadas por Wilmar Luiz da Silva, devidamente comprovadas, podem conduzir o julgamento de suas contas, nos termos do art. 17, inciso II, pela regularidade com ressalvas, em razão das falhas apontadas nos Subitens 8.4.1, alíneas “l”, “m” e “n”, da Informação 39/08. Todavia, tal julgamento só poderá ocorrer após o desfecho dos Processos nºs 17669/07, 1876/98 e 13480/08.

30. No tocante a Valdirene Pereira da Silva Campos, suas contas podem ser julgadas regulares, vez que atuou como Subsecretária de Apoio Operacional-Substituta no período de 01/01 a 08/01/06 e 04/09 a 31/10/06.

Isto posto, somos por que o e. Plenário:

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



- a) tomar conhecimento das informações prestadas pela Secretaria de Fazenda e pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, relativas aos itens III, IV, V, VI e VII da Decisão nº 573/09, considerando atendidas as diligências ordenadas;
- b) tomar conhecimento das justificativas apresentadas por Ademir Ambrósio de Souza para, no mérito, considerá-las improcedentes;
- c) tomar conhecimento das justificativas apresentadas por Sr. Wilmar Luiz da Silva, considerado-as parcialmente procedentes, uma vez que as falhas objeto dos subitens 8.4.1, alíneas “l”, “m” e “n”, citadas no item X da Decisão nº 573/09, não foram afastadas;
- d) considerar revéis, nos termos do § 3º do art. 13 da LC 1/94, Mário Hissashi Ikeziri, Pedro Passos Júnior, Paulo Sávio Cardoso de Oliveira e Maria das Graças Barroso de Andrade;
- e) julgar, nos termos nos termos do art. 17, inciso III, alínea “b” da LC 1/94, irregulares as contas do Agente de Material Ademir Ambrósio de Souza, em razão dos fatos apontadas nos subitens 8.3.2, 8.3.5, 8.3.6, 8.4.1.i e 8.4.1.j da Informação de nº 39/08, aplicando-lhe a multa prevista no art. 20, parágrafo único, da LC 1/94;
- f) julgar, nos termos do art. 17, inciso II, da LC 1/94, as contas da Agente de Material Maria das Graças Barroso de Andrade, regulares com ressalvas, em razão das falhas e/ou impropriedades apontadas no subitem 8.3.2, incisos I a IX, XIII, XIV e XV; 8.4.1.i e 8.4.1.j da Informação nº 39/08;

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
Divisão de Contas



g) julgar regulares, nos termos do art. 17, inciso I, da LC 1/94, as contas de Valdirene Pereira da Silva Campos;

h) sobrestejar o julgamento das contas de Wilmar Luiz da Silva, Mário Hissashi Ikeziri, Pedro Passos Júnior e Paulo Sávio Cardoso de Oliveira até o desfecho dos Processos nºs 17669/07, 1876/98 e 13480/08.

À superior consideração.
Em, 27 de julho de 2010.

Marizete de Souza Matos
AFC-252-6

De acordo com as sugestões apresentadas.
À consideração do Sr. Inspetor.
Em

Antônio Tôrres de Almeida
Diretor- Substituto da Divisão de Contas- 2ª ICE